

CORREIO CARIOCA

POR PAULA VIEIRA



Reprodução/Instagram

O próprio deputado apreendeu o menor e levou à 5ª DP

Deputado Guilherme Delaroli é roubado na saída da Alerj

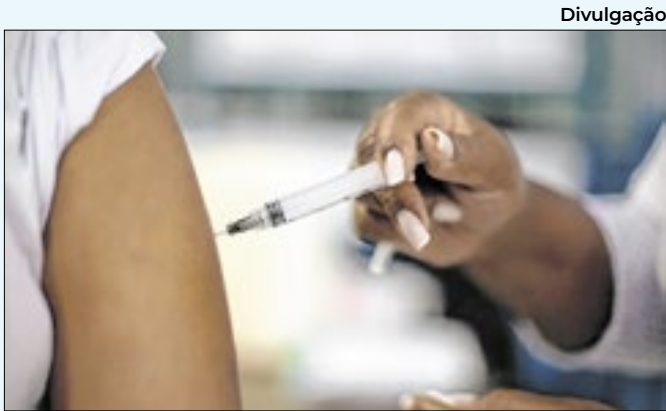
O deputado Guilherme Delaroli (PL), 1º vice-presidente da Alerj, foi vítima de um roubo nesta quinta-feira (15), no Centro do Rio, ao deixar a Assembleia Legislativa após sessão parlamentar. Enquanto falava ao celular dentro do carro, um menor de 17 anos tomou o aparelho do e saiu correndo. Delaroli, que é policial militar, e um assessor conseguiram alcançar o infrator e recuperar o telefone. Em seguida, registraram a

ocorrência na 5ª DP. Na delegacia, foi apurado que adolescente acumula oito passagens por furto, roubo e lesão corporal. “Infelizmente qualquer cidadão está sujeito a situações de violência. E o que entristece é ver que a polícia prende o marginal, mas logo estará na rua de novo. Enquanto as leis continuarem brandas, beneficiando criminosos, a população fica completamente desprotegida”, afirmou Delaroli.

IPVA pode ser pago até 30 de novembro

O prazo para adesão ao programa “IPVA em Dia” foi prorrogado até 30 de novembro de 2025, abrangendo débitos de 2020 a 2025. O parcelamento pode ser feito em até 12 vezes sem juros. O licenciamento anual poderá ser feito já com a primeira parcela. A mudança está

prevista na Lei 10.931/25, de autoria dos deputados Claudio Caiado (PSD) e Luiz Paulo (PSD), “Se é um parcelamento, não fazia sentido o cidadão pagar a primeira parcela e continuar irregular”, disse Claudio Caiado. “Essa lei garante alívio no bolso do contribuinte”, completou.



Divulgação

Vacinação será em postos de saúde e outros pontos

Dia D de vacinação e saúde da mulher é neste sábado

A Secretaria Municipal de Saúde realiza neste sábado (18) o dia D de mobilização da campanha de multivacinação e do Outubro Rosa, das 8h às 17h, em mais de 500 pontos da cidade, incluindo unidades de saúde, praças, shoppings e escolas. Serão oferecidas todas as vacinas do calendário infantil e adolescente, além de serviços voltados

à saúde da mulher, como consultas, preventivo, mamografia, planejamento reprodutivo e testagem de ISTs. “Neste sábado, nossas unidades estarão de portas abertas para cuidar da saúde das mulheres e das famílias. Além de colocar a caderneta em dia, teremos rastreamento do câncer de mama e de colo do útero”, afirmou Larissa Terrezo.

Paiva Netto e a Semana do Professor

Na semana em que se comemora o Dia do Professor, o país lembra a trajetória de José Simões de Paiva Netto, que faleceu em 7 de outubro. À frente da Legião da Boa Vontade (LBV) por quase sete décadas, ele revolucionou a educação e os serviços sociais voltados às comunidades mais vul-

neráveis. Desde 1956, Paiva Netto participou ativamente das ações sociais da LBV, tornando-se presidente da instituição em 1979. Sob sua liderança, os Centros Comunitários, creches e escolas da instituição cresceram, beneficiando milhares crianças e jovens no Rio de Janeiro e em todo o Brasil.

Desenvolvimento educacional e social

Em 2024, a LBV realizou mais de 6,6 milhões de atendimentos no país, impactando diretamente mais de 2,5 milhões de cidadãos, oferecendo educação, alimentação, saúde e oportunidades de trabalho. Em 1994, a instituição passou a colaborar com a ONU e, em 1999,

integrou o Conselho Econômico e Social (Ecosoc). “O professor Paiva Netto deixa não apenas conhecimento, mas amor pelo próximo e compromisso social”, afirmou Guilherme Cardozo, voluntário da Legião da Boa Vontade em Del Castilho, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO

Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

Novo sistema digital para vagas de estacionamento

Vereadores aprovam novo modelo de fiscalização e cobrança

Por Paula Vieira

A Câmara Municipal do Rio aprovou, nesta quinta-feira (16), o projeto de lei que moderniza a cobrança de vagas de estacionamento nas ruas da cidade. A proposta cria um sistema digital com pagamento por aplicativo, uso de câmeras para identificar veículos irregulares e, principalmente, coíbe a ação de flanelinhas não autorizadas.

Entre os autores do PL Nº 156/2025 estão Marcelo Diniz (PSD), Pedro Duarte (Novo), Talita Galhardo (PSDB), Rafael Satiê (PL), Dr. Gilberto (Solidariedade), Poubel (PL), Leniel Borel (PP) e outros. Para eles, a medida aumenta a segurança e a comodidade dos motoristas, além de combater a cobrança irregular.

A sessão começou com a votação do substitutivo de Marcelo Diniz com coautoria de outros parlamentares, que institui o Sistema Área Azul Digital, trocando tiquetes de papel por pagamento eletrônico e controle digital das vagas. O texto também cria o Fundo Municipal da Área Azul Digital, voltado a mobilidade urbana e fiscalização, e inclui a regularização de guardadores para in-



senivpetro/Freeipk

Medida busca facilitar o pagamento da cobrança de vagas de estacionamento

termediar a utilização das vagas e atuar com a venda de créditos eletrônicos. A emenda foi incorporada ao texto original.

“Tenho certeza de que estamos entregando um projeto de extrema importância para o Rio de Janeiro. Após a sanção, no ano que vem, estaremos mudando a realidade da cidade na cobrança de vagas públicas, acabando com a máfia dos falsos flanelinhas e garantindo

dignidade e qualidade de vida para o nosso povo”, afirmou Marcelo Diniz.

Rafael Satiê destacou a necessidade de regulamentação da atividade: “Não dá para achar que todos os flanelinhas são truculentos. Existe uma classe que exerce a função corretamente, e é essencial que haja regulamentação para que os motoristas sejam atendidos de forma adequada”.

Atualmente, a tarifa do sistema Rio Rotativo, que tem cerca de 32 mil vagas, é de R\$ 2 por até quatro horas, mas usuários relatam cobranças acima do valor oficial em praias, estádios e áreas de eventos. Com o novo sistema digital, a expectativa é garantir pagamentos seguros, maior transparência e fiscalização. A proposta segue para sanção ou veto do prefeito Eduardo Paes.

BRT vai se tornar VLT no Rio

Mudanças no BRT impactam linhas Transcarioca e Transoeste

Por Paula Vieira

A Câmara Municipal aprovou em primeira discussão, nesta quinta-feira (16), o Projeto de Lei Complementar nº 56/25, que transforma os corredores do BRT Transcarioca e Transoeste em linhas para os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) ou modelo semelhante de transporte. A iniciativa de autoria do Executivo recebeu 37 votos a favor e três contrários. O projeto será discutido novamente antes de avançar para a sanção do prefeito Eduardo Paes (PSD).

Mais cedo, a Comissão de Transportes e Trânsito da Casa debateu a medida em audiência, que contou com a secretária municipal de Transportes, Máina Celidonio, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Osmar Carneiro, e os vereadores Flávio Pato (PSD), Marcelo Diniz (PSD) e Poubel (PL). O encontro abordou impactos urbanos, ambientais e econômicos, além da possibilidade de execução por



Paula Johas/Prefeitura do Rio

Ônibus da Transcarioca e Transoeste podem virar trens

meio de parceria público-privada.

“É importante trazer essa modernização para o Rio, porque o projeto não só amplia a capacidade de transporte, como também reduz drasticamente as emissões de gases poluentes”, destacou o vereador Flávio Pato, chamando a atenção para o impacto ambiental.

Segundo Máina Celidonio, o estudo em parceria com o BNDES aponta que a conversão é viável e aproveita a estrutura existente. “Apesar dos trens terem investimento mais alto, é um transporte que perdura por mais tempo (...) a conversão do BRT para o VLT é mais fácil porque já temos a calha segregada”, afir-

MPRJ investiga acordo de R\$ 900 milhões

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) abriu um inquérito para investigar se o acordo entre a Cedae e a Águas do Rio causou prejuízos aos cofres públicos. O acordo entre as empresas, suspenso pelo Tribunal Contas do Estado (TCE-RJ) nesta semana, previa a compensação de R\$ 900 milhões à Águas do Rio, pagos por meio de descontos na água fornecida pela Cedae.

Segundo o promotor Alberto Flores Camargo, da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, o objetivo é verificar se as decisões seguiram as regras de governança da Cedae e se o acordo se baseou em premissas jurídicas e econômicas válidas.

Enquanto a Águas do Rio alega prejuízos atribuídos à Ce-

dae, a companhia inicialmente negou a responsabilidade e depois voltou atrás, se comprometendo com os descontos.

“O MP está investigando sobre o viés de improbabilidade quanto pela lei anticorrupção. O momento agora é de estabelecer os fatos e atribuir responsabilidades. Acrescento que o procedimento licitatório que originou a concessão foi feito pelo Estado”, disse o promotor ao RJ1.

O MPRJ solicitou documentos à Cedae, à Águas do Rio e à Agenersa, incluindo atas de reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração, para fundamentar a investigação. O TCE-RJ também deverá fornecer informações sobre os procedimentos relacionados ao caso.

Paes anuncia novas regras para entregadores

A Prefeitura do Rio lançou, nesta semana, a primeira iniciativa do país voltada exclusivamente a mototaxistas e entregadores por aplicativo. O Programa de Monitoramento de Direção Segura estabelece fiscalização por telemetria e GPS, cria pontuação de direção segura e prevê restrições para condutores reincidentes.

A medida também inaugurou a primeira base de apoio para os profissionais em Botafogo, oferecendo estrutura para descanso, alimentação e recarga de celulares. A 99 foi a primeira empresa a aderir ao acordo.

“A prefeitura reconhece a existência das plataformas (...) Mas a gente quer que tenha regras. A primeira é dar conforto e dignidade ao trabalhador (...)

mou.

A secretária também informou que a Light participa dos estudos sobre eletrificação da frota. “Estamos em contato constante, avaliando o que há de sobra de energia nas estações e o custo médio das obras”, disse.

Com prazo estimado de 36 meses, o projeto deve beneficiar cerca de 1,6 milhão de pessoas em 27 bairros. Para Osmar Carneiro, a proposta também impulsionará empregos e renda: “A valorização do entorno e a geração de obras atraem investimento e melhoram a mobilidade”.

Representante do conselho da cidade, Atílio Moraes criticou a medida: “É um modal de baixa capacidade. Essa discussão nem deveria existir, porque os corredores foram projetados para ser metrô 40 anos atrás. Acho um gasto desnecessário de dinheiro público”.

O vereador Marcelo Diniz encerrou a sessão afirmando que a comissão “seguirá fiscalizando a prefeitura e buscando o melhor para a cidade”.

Pedimos respeito às regras de trânsito para a segurança do entregador e da população”, afirmou o prefeito Eduardo Paes (PSD).

O decreto obriga todas as operadoras a manter cadastros com certidão criminal negativa e veículos licenciados, além de enviar relatórios mensais à CET-Rio. A iniciativa surge em um contexto de aumento da frota de motos e da pressão política por fiscalização mais rigorosa, conciliando segurança, fiscalização e dignidade aos trabalhadores.

O programa prevê até 12 bases, espalhadas por bairros estratégicos, e estabelece monitoramento educativo e progressivo para motoristas com comportamento de risco.